

Responsabilidade social

Lactalis e Justiceiras relançam canal de denúncias nas embalagens de leite UHT

» *Empresas renovam projeto que visa combater a violência contra as mulheres*

Miguel Campana
miguel.campana@jcrs.com.br

A parceria entre a fabricante de leite Lactalis Brasil e o movimento Justiceiras pelo fim da violência contra a mulher será mantida. No último ano, a Lactalis estampou, em suas caixas de leite UHT, um QR Code que permitia acesso ao canal de denúncias criado pelo Justiceiras. Durante o período, mais de 365 milhões de caixas foram estampadas com o código. O número abrange os produtos das marcas Elegê, Batavo, Parmalat e Itambé, todas pertencentes à Lactalis.

A renovação da parceria pode fazer a diferença em 2024, tendo em vista o impacto positivo que a campanha teve nos últimos meses. Como resultado da ação, foram encaminhados 225 casos para as autoridades, sendo que 80,9% foram identificados como de gravidade média ou alta. A expectativa é de que, com o relançamento da campanha, mais denúncias sejam feitas.

Orientada pela iniciativa Forte & Responsável, também de sua autoria, a Lactalis Brasil reforça o compromisso da empresa com o combate à violência contra as mulheres. Dado que a relação en-

Em 2023, mais de 365 milhões de caixas foram estampadas com QR Code para relatar episódios de violência

tre a instituição e a sociedade é tratada como um dos pilares da ação, a fabricante de produtos lácteos entende ser necessário atender demandas sociais de alto impacto.

“Identificamos que um dos graves problemas da sociedade brasileira é a violência contra a mulher. Por isso, resolvemos abraçar o trabalho do movimento Justiceiras, colocando na caixinha de leite um canal de denúncias democrático e forte. O Justiceiras traz a essência do que a Lactalis quer para o futuro: um país mais justo, com menos violência e mais liberdade”, conta Guilherme Portella, diretor de Comunicação, CSR e Assuntos Regulatórios da Lactalis Brasil.

“O leite UHT é um dos alimentos mais democráticos. Ele está em todas as mesas independentemente de fatores como renda, sexo, faixa etária ou grau



CAROLINA JARDINE / DIVULGAÇÃO / JC

Fabricante de produtos lácteos entende ser necessário atender às demandas sociais de alto impacto

de instrução. O objetivo da criação do QR Code e dessa parceria era aumentar o alcance do canal de denúncias administrado pelo Justiceiras”, explica Portella. A campanha surtiu efeito especial-

mente no Interior do Brasil, em municípios que não contam com um sistema de apoio às mulheres em situações de violência. O primeiro ano do projeto foi marcado pelo relato de uma mulher que se

encontrava em situação de cárcere privado e, através do canal disponibilizado pelo QR Code na embalagem do leite, conseguiu denunciar a violência a que era submetida.

Ferramenta disponibiliza formulário que é direcionado para equipe multidisciplinar

O primeiro passo para começar o processo de registro de uma denúncia é escanear o QR Code da caixa de leite e preencher um formulário online. Depois, ainda de modo virtual, a denunciante é direcionada a uma equipe composta por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e outras pessoas vinculadas de forma voluntária ao movimento Justiceiras. O atendimento consiste em escutar o depoimento das vítimas e, caso elas queiram, fazer o encaminhamento formal de denúncias para as autoridades.

O recrutamento de voluntárias é feito por meio do site justiceiras.org.br. Logo na página inicial, exis-

te a opção “Quero ser voluntária”. A interessada em contribuir com o projeto deve clicar neste botão e, em seguida, preencher um formulário. Pode ser uma psicóloga com o CRP ativo, uma assistente social ou ainda uma advogada com a OAB ativa.

“Como parte do processo de boas-vindas aos voluntários, nós explicamos como funciona o projeto. Fazemos congressos, eventos presenciais e outras ações justamente como forma de mobilização. O Justiceiras funciona como uma grande residência de todas as áreas”, explica a advogada e gestora do movimento Justiceiras Clície Carvalho.

A assistente social vinculada ao projeto possibilita à vítima o acesso ao Centro de Referência, onde é identificada qualquer necessidade de auxílio do governo. Também é oferecido tratamento psiquiátrico ou psicológico. O trabalho das psicólogas, que envolve compreensão do contexto e da história de cada paciente, é importante para o fortalecimento das vítimas. “Não funciona como uma terapia continuada, mas para que essa mulher consiga entender pelo que está passando. Não é da noite para o dia que ela sai de um ciclo de violência ou supera um crime de estupro”, conta Carvalho.

As advogadas voluntárias são

responsáveis pela orientação jurídica das mulheres. O projeto encaminha as denúncias para a Ouvidoria das Mulheres do Conselho Nacional do Ministério Público. Os promotores do órgão analisam as denúncias e decidem sobre a sua instauração. Todo este arcabouço amplia a rede de apoio às mulheres.

“A primeira etapa do projeto foi a implementação do canal de denúncias, que foi super importante. Agora, o objetivo é promover mais conscientização e educação, tanto dentro da empresa, quanto para as pessoas da sociedade”, explica Clície. O movimento Justiceiras disponibiliza uma

cartilha criada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo chamada “Mulher, vire a página”. O material presta informações sobre as formas de violência contra a mulher e também orienta em relação aos serviços que compõem a rede de atendimento.

O canal está disponível sete dias por semana, 24 horas por dia. Segundo um levantamento do projeto, 92% das vítimas têm filhos e 44,9% sofreram a violência em casa. Também foi apontado que 28% das vítimas residem com o agressor. Os tipos de violência mais relatados foram a psicológica (35,6%), a física (27,1%) e a ameaça (15,1%).